

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16948 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 16 - Relações Étnico-Raciais

RELAÇÕES RACIAIS, EDUCAÇÃO E QUILOMBO: DES-CONHECIMENTOS
EXPERIMENTADOS POR ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE DE
VALÊNCIA/ESPANHA

Carla Beatriz Meinerz - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: PrINT/CAPES

RELAÇÕES RACIAIS, EDUCAÇÃO E QUILOMBO: DES-CONHECIMENTOS EXPERIMENTADOS POR ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE DE VALÊNCIA/ESPANHA

RESUMO: O trabalho analisa conhecimentos de docentes pesquisadores e de estudantes da Faculdade de Filosofia e Ciências da Educação da Universidade de Valência/Espanha sobre temas como quilombos, relações raciais e educação quilombola na América do Sul, especialmente no Brasil. Resulta de uma pesquisa realizada em Missão dentro do Programa Institucional de Internacionalização/CAPES com objetivo de ampliar as trocas de experiências e bibliografias acerca da relação pedagógica a partir da diferença e da diversidade, com ênfase no processo investigativo sobre a composição curricular da educação escolar quilombola no Rio Grande do Sul. A parceria começou com a busca de compreensão dos saberes acerca da experiência quilombola em espaços acadêmicos de território historicamente empreendedor da colonização sobre o solo americano. Os dados foram produzidos de forma qualitativa, aqui sistematizados através da promoção de reuniões de trabalho, entrevistas e análise de materiais didáticos. As referências analíticas estão na concepção de quilombo traçada por Beatriz Nascimento e nos parâmetros estabelecidos pelas Diretrizes Nacionais de Educação Escolar Quilombola e Educação das Relações Étnico-Raciais. Os resultados apontam desconhecimentos acerca da experiência quilombola na América e da implementação de políticas curriculares de combate ao racismo e de garantias do direito à educação diferenciada no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Relações Raciais. Quilombo. Educação Escolar Quilombola

Antônio Bispo dos Santos (2023) desenvolveu uma excepcional “prática das denominações dos modos e das falas, para contrariar o colonialismo (2023, p. 13), a partir dos saberes orgânicos construídos nas comunidades quilombolas onde circulou com sua sagacidade e sabedoria. O trabalho analítico aqui resumido enseja apresentar significados atribuídos a denominações como quilombos, relações raciais e educação escolar quilombola para parte da comunidade

acadêmica em que se situa. O foco da análise está na forma como estas denominações são conhecidas e compreendidas por pessoas da comunidade acadêmica da Pesquisa em Educação em terras espanholas, onde germinaram no passado as práticas de colonização direcionadas à América que hoje habitamos como pesquisadores.

O trabalho foi produzido no contexto de uma parceria de pesquisa concretizada em Missão de Curta Duração pelo Programa Institucional de Internacionalização/CAPES, considerando experiências que traduzem a Educação Escolar Quilombola como política pública para uma escola situada e diferenciada, entrelaçando investigações realizadas no sul do Brasil e na comunidade valenciana da Espanha. Passado e presente foram cruzados em espacialidades que experimentaram práticas colonialistas de formas distintas, considerados analiticamente em perspectiva crítica e decolonial (WALSH, 2013). O marco temporal da análise vincula-se ao contexto pós III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul, 2001, aquele que dá vazão às lutas do Movimento Negro Educador (GOMES, 2017) no Brasil, com a homologação de legislação afirmativa no campo do currículo, como as Diretrizes Nacionais de Educação Escolar Quilombola (2012) e de Educação das Relações Étnico-Raciais (2004). A problemática anunciada por meio desta legislação afirmativa brasileira foi levada à um grupo de docentes e discentes da Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Educação da Universidade de Valência/Espanha, através de uma metodologia de reuniões de estudo, entrevistas e análise parcial de materiais didáticos em uso nas escolas da comunidade valenciana. Ao levar essa problemática ao grupo, através de Missão de Curta Duração, desenvolveram-se atividades como um Seminário sobre os conceitos de quilombo e a concepção da política pública de Educação Escolar Quilombola, seguidas de reuniões de estudos. Realizaram-se igualmente entrevistas de campo com professores e estudantes sobre conhecimentos acerca da experiência quilombola na América do Sul e revisão de materiais didáticos sobre o tema. As reuniões de trabalho e observações se focaram na compilação de ações e materiais didáticos a partir de categorias como raça, etnia e ancestralidade africana/afrodescendente, no que tange a formação de comunidades remanescentes de quilombolas.

O estudo fundamenta-se no pressuposto da existência de territorialidades construídas na diáspora africana, destacando possíveis semelhanças ou distinções das práticas sócio históricas experimentadas nas rotas do Atlântico e do Mediterrâneo, capazes de incidir sobre as políticas curriculares da Educação Básica.

Como resultados investigativos, a análise apontou para o desconhecimento hegemônico acerca da existência da experiência de comunidades quilombolas no

passado e no presente, com uma dissonância em relação à acadêmicos vinculados à antropologia, que demonstraram em entrevistas e reuniões acesso a estudos sobre raça na perspectiva das teorias críticas no campo das Ciências Humanas. Tal desconhecimento mais generalizado se evidencia na ausência dessa temática nos currículos da comunidade valenciana, tanto no campo da formação docente em Magistério, Pedagogia ou Educação Superior, quanto no ensino ministrado na Educação Básica. Em relação aos currículos escolares de Educação Básica, a análise parcial de materiais didáticos sobre marcadores de diferença étnica e racial e a busca por nomenclatura usada acerca das experiências quilombolas na América do Sul, revelou não apenas ausências, mas permanências de narrativas estereotipadas e colonialistas. Um exemplo emblemático estudado em conjunto nas reuniões de pesquisa foi retirado do livro didático utilizado no componente Ciências Sociais, para os anos iniciais (Primária) na obra da Editora Anaya (2014). Na obra, há uma página com texto e desenho ilustrativo de um menino negro, cabelos encaracolados que teria visitado o Brasil. O texto literal reafirma positivamente, inclusive na qualidade de valorosa empresa civilizatória, a colonização empreendida a partir dos séculos XV e XVI sobre a América. Vejamos: “chico brasileño que tuvo la suerte de visitar diferentes lugares de los países que havian civilizado Brasil” (p.116). Ou seja, a colonização aparece como obra civilizatória positivada. Todo o contraponto que fundamenta políticas públicas de Ações Afirmativas na América e no Brasil, reafirmada nos estudos críticos sobre raça que consideram a relação entre racismo, colonialismo e capitalismo mostraram-se bastante incipientes na formação docente e nos materiais didáticos observados na pesquisa.

A verificação do desconhecimento da denominação quilombo e mesmo da experiência dos palenques em territórios de colonização espanhola, como correlatos dos quilombos brasileiros, foi surpreendente no trabalho investigativo empreendido. No Brasil temos avançado, embora vagarosamente e tardiamente, com a potência da divulgação acadêmica das obras de Abdias Nascimento (2019) e de Beatriz Nascimento (2021), no rumo do debate acerca da ressemantização e do deslocamento da experiência política e cultural que representa o quilombo e o quilombismo. Porém, nessa parceria, a necessidade de explicitação básica dessa denominação, produziu algo como a própria prática de “guerra das denominações” (SANTOS, 2023), no sentido mesmo de narrar a resistência à violência da colonização que se reivindica civilizatória. Igualmente, fez-se obrigatória e imprescindível a afirmação da existência de outras matrizes civilizatórias, como as afro-brasileiras e indígenas, que se reinventam na contemporaneidade e se presentificam nos currículos por legislações como a da Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil. Tais avanços na legislação brasileira impactam a produção investigativa no campo da Educação e resultam das ações da intelectualidade ativa no Movimento Negro nomeado como Educador, na medida em que ele ensina a si

mesmo, à sociedade e ao Estado (GOMES, 2017).

Segundo Beatriz Nascimento (2021)

[..] agindo nos seus locais, seja no 'terreiro' místico, nas comunidades familiares, nas favelas, nos espaços recreativos (manifestando a música de origem africana, afro-americana ou afro-brasileira), os povos africanos da América provocam mudanças nas relações raciais e sociais (p. 251).

Os povos africanos da América recriam a própria maneira de viver, resistindo e insistindo em suas matrizes civilizatórias fundadas na ancestralidade, no comunitarismo e na coletividade, na circularidade, na potência da tradição do matriarcado. A pesquisa e a formação docente são problematizadas através de currículos produzidos em perspectiva afrodiaspórica, capazes de criticar as relações raciais hegemônicas, marcadas pelo racismo e pela branquitude. Tais currículos exigem histórias completas e equitativas, inquisitórias das adversidades provocadas pela violência da empresa colonizadora que gerou a migração forçada pelo comércio escravagista através do Atlântico Negro. O mesmo Atlântico que entrecruza África, América e Europa é lembrado nos escritos de Beatriz Nascimento, autora que ressignifica o Kilombo, denominando-o com o K e como uma resposta dada ao modelo colonizador, uma possibilidade forjada nesse cruzamento de povos.

O quilombo se transforma conforme as dinâmicas construídas nos espaços e tempos onde pessoas negras da diáspora africana circulam. Segundo Beatriz Nascimento (2021), trata-se de experiência que nasce na África, na pré-diáspora e no território hoje chamado Angola. É um termo do Povo Imbangala que significa a instituição em si, os próprios indivíduos que se incorporarem à sociedade, tanto pelo compadrio quanto pelo parentesco ou pelo nascimento, uma vez que tais sociedades eram bastante abertas aos grupos distintos de si, como estrangeiros por exemplo. Na empresa colonialista e escravagista desenvolvida por europeus da Península Ibérica, o Povo Imbangala inicialmente resistiu aos portugueses em seus processos de ocupação e migração interna. O termo quilombo foi ressemantizado já em África, especialmente a partir da migração forçada na forma de cativo para o Brasil. Em solo brasileiro, a denominação quilombo adquire novas significações relacionadas com práticas de vida construídas notadamente no Pós-Abolição, embora libertos e cativos tenham experimentado e criado, ainda no período Pré-Abolição, práticas de construção da liberdade. O termo que antes era sinônimo de fuga e/ou resistência, hoje significa a ancestralidade negra de determinada comunidade, que compartilha territorialidades, afetos, modos próprios de viver. Nessa perspectiva, Nascimento (2021) propõe a ideia de Kilombo, numa

perspectiva já de denominar de outra forma, evitando a captura da experiência negra em conceitos que dela não conseguem extrair nem partes nem totalidades. A própria existência de quilombos urbanos problematiza essa dimensão do que seja ser remanescente de um território cuja memória está guardada nos corpos, nas mentes e nos espíritos. Através da memória respaldam-se os direitos de cidadania para a população negra e os currículos podem, nessa perspectiva, contribuir para a consolidação positiva da identidade dos africanos e seus descendentes no Brasil.

Reafirmamos que a Educação Escolar Quilombola ressemantiza, ou denomina de outra forma, tanto as experiências do passado quanto do presente, com base nas Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004). As políticas educacionais brasileiras orientam que as ações nas escolas reconheçam, façam conhecer e valorizem os saberes das comunidades de remanescentes de quilombos em nosso país.

Tal legislação contribui para o combate ao racismo no campo da Educação e as pesquisas devem acompanhar essa posição da sociedade e do Estado brasileiro. O Brasil é signatário de acordos internacionais de combate ao racismo, com ações correlatas no campo das políticas curriculares para a educação, em geral e, para a educação escolar quilombola diferenciada, em específico. Há uma importância na disputa de narrativas acerca da colonização e no estabelecimento de conhecimentos acerca da experiência quilombola na América do Sul. Ao ensinar histórias negras de qualidade, precisamos buscar a “[...] guerra de denominações” como uma aprendizagem que surge das experiências nas comunidades quilombolas, capazes de “transformar as armas dos inimigos em defesa” (SANTOS, 2023, p. 23).

Para efeitos de conclusão, consideramos que o trabalho e a análise aqui sistematizados reafirmam que os conhecimentos acerca da história dos quilombos e das comunidades quilombolas, aliados à reflexão sobre as relações raciais estabelecidas na contemporaneidade, são fundamentais não apenas ao povo brasileiro, mas se expandem aos povos em geral, especialmente pelas observações delineadas no contexto investigativo da comunidade valenciana.

As comunidades negras e quilombolas conformam a sociedade brasileira e sua história na relação com distintas tradições culturais que extrapolam a concepção eurocentrada e branca, justamente porque ainda encontramos nessas últimas a reprodução dos estereótipos e crenças já conceitualmente rompidas acerca de ideias como civilização e colonização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 03/2004, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: MEC, 10 mar. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: MEC, 20 nov. 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**. saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma história do homem negro. In: RATTIS, Alex (Org.). Uma história feita por mãos negras. Rio de Janeiro: Zahar, 2021a, p. 37-46.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Kilombo. In: RATTIS, Alex (Org.). Uma história feita por mãos negras. Rio de Janeiro: Zahar, 2021b, p. 247-251.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nêgo Bispo). **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília, DF: UnB/INCTI, 2015.

_____. **A Terra Dá, a Terra Quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.